



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLITICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

O espaço cordial: a conciliação dos tempos no espaço como exercício da barbárie na formação nacional brasileira

Cláudio Rezende Ribeiro¹

Resumen:

Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda realiza um esforço interpretativo da formação social brasileira que culmina na construção do conceito-síntese do *homem cordial*. Muito distante de qualquer atribuição moral de “bondade” à sociedade brasileira, este conceito revela a incapacidade histórica desta em lidar com o isolamento, com o conflito, com a impessoalidade.

A construção nacional do Brasil reflete estas características ao negar rupturas e produzir uma conciliação dos tempos do passado e do presente rumo a um futuro certo: sua modernização via industrialização. Este estudo demonstra, a partir de uma investigação sobre o espaço do patrimônio histórico brasileiro, apoiado nas teses da história de Benjamin, como esta opção resultou (e ainda resulta) em barbárie ao apagar conflitos sociais, suas vitórias e suas derrotas em nome de uma memória dos vitoriosos travestida de progresso natural.

Analisando a produção de espaços simbólicos da cidade de Ouro Preto, este estudo constrói uma crítica à narrativa nacional brasileira resgatando a tarefa de *escovar a história a contrapelo* proposta por Walter Benjamin no intuito de renovar questões sobre o significado do conceito de nação.

¹ Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, claudioribeiro@yahoo.com.br



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

O espaço cordial: a conciliação dos tempos no espaço como exercício da barbárie na formação nacional brasileira²

Introdução

Toda nação é uma construção social e histórica, portanto, não é um dado eterno, não é uma força da natureza e possui diferentes formas de construção, manutenção e transformação. Diversos discursos e ações conformaram as nações como hoje as conhecemos e, dentro desta variedade, há uma permanente presença da construção de um passado, um mito original, que dá forma a àquilo que se entende como um caráter unificador de um povo em um determinado espaço. Esta relação com o passado pode ser lida a partir dos símbolos nacionais considerados patrimônio histórico de cada formação e, dentre estes símbolos, encontram-se espaços monumento que jogam um papel importante nestas construções sociais. Estes espaços carregados de tempo determinam aquilo que deverá ser lembrado e esquecido por uma determinada sociedade.

Este trabalho vai se deter em alguns aspectos particulares da formação nacional brasileira a partir de seu espaço-símbolo, disputando-a teoricamente. Há que se destacar, no entanto, que tais aspectos particulares não significam propriamente aspectos exclusivos: acredita-se que outras formações nacionais, sobretudo as nações periféricas, podem se ver refletidas de alguma forma na crítica que se desenvolverá. É a partir da forma como o espaço fora traduzido para o panteão nacional brasileiro que se vai tentar extrair algumas características desta nação que revelam de forma sutil a transmissão de barbárie em nome de uma história coerente, linear e evolucionista; silenciando o conflituoso passado para emudecer seu tumultuado presente forjando um silencioso futuro. Para que compreender a sutileza de tal construção social recorre-se primeiramente ao entendimento da *cordialidade* que habita a sociedade brasileira para então determinar onde esta sociedade habita: seu espaço cordial.

1 – DO HOMEM CORDIAL AO SEU ESPAÇO

² Este artigo realiza um recorte das reflexões realizadas por seu autor em sua tese de doutoramento pelo Programa de Pós-graduação em Urbanismo da UFRJ. Cf.: Ribeiro (2009). Disponível em:

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=158201



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

Antes de adentrarmos diretamente em uma definição do que seria este espaço, é preciso que se esclareça melhor certos desdobramentos do conceito firmado por Sergio Buarque de Holanda, o *homem cordial* que é assim apresentado por um autor contemporâneo; segundo Monteiro (2005):

[...] a cordialidade ganharia sua fórmula mais conhecida quando Sérgio Buarque de Holanda, na década de 1930, emprestando a expressão ao poeta Ribeiro Couto, inventou o “homem cordial”. Num ensaio sobre “corpo e alma do Brasil”, publicado em 1935, e depois no seu livro *Raízes do Brasil*, de 1936, o futuro historiador procurava compreender, através do “homem cordial”, a importância das relações pessoais na conformação do espaço público no Brasil. (MONTEIRO, 2005, p.118-9, grifo do autor)

Esta leitura de Monteiro nem sempre foi, como ainda não é, ponto pacífico no contexto da sociologia brasileira. Portanto, para garantir uma delimitação precisa deste termo repleto de controvérsias interpretativas, é importante ressaltar como ele foi apresentado por Sergio Buarque em suas *Raízes do Brasil*:

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”. A *lhaneza no trato*, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões do convívio, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo e extremamente rico e transbordante. (HOLANDA, 1999, p.146-7)

Apesar de a definição parecer clara, é sabido que alguns autores tomaram, e ainda tomam, este conceito de cordialidade como um traço de bondade do homem brasileiro³. Para estes, o homem cordial seria apenas aquele que possui *lhaneza no trato*, mas não carregaria consigo sua incapacidade de lidar com a impessoalidade. Diante desta interpretação, o próprio Sérgio Buarque inseriu uma nota de esclarecimento no capítulo *O homem cordial* de seu livro supracitado, onde, aproveitando para atribuir o termo a Ribeiro Couto esclareceu o que o levou a recuperar a expressão:

[...] Não pareceria necessário reiterar o que já está implícito no texto, isto é, que a palavra “cordial” há de ser tomada, neste caso, em seu sentido exato e

³ Cf. o capítulo “As origens e os equívocos da cordialidade brasileira” do livro de Castro Rocha (2004) para um debate detalhado a respeito desta querela.



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLITICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

estritamente etimológico [...], [portanto] se eliminam aqui, deliberadamente, os juízos éticos e as intenções apologéticas[...]. Cumpre ainda acrescentar que essa cordialidade, estranha, por um lado, a todo formalismo e convencionalismo social, não abrange, por outro, apenas e obrigatoriamente, sentimentos positivos e de concórdia. (HOLANDA, 1999, p. 204-5, nota 6 da página 146)

Entende-se que as palavras do próprio autor, melhor que quaisquer outras, já esclareçam o sentido atribuído à cordialidade que aqui se adota. Não restam dúvidas sobre a complexidade e a precisão do termo, de modo que não se vai insistir na querela que acaba por julgar o povo brasileiro como dotado de uma bondade órfã de justificativas. Parte-se então para a forma como se pretende explorar este conceito segundo reflexão feita por João Cezar de Castro Rocha (2004):

Em primeiro lugar, o próprio Sérgio Buarque sugeriu a possibilidade de ampliar o universo do homem cordial [...]. O conceito de homem cordial não pode definir uma hipotética brasilidade, uma vez que também revela mecanismos presentes em outras sociedades.

[...] Assim, o homem cordial dribla a ineficiência objetiva das instituições públicas, dado o predomínio da esfera privada, mediante um sistema paralelo à ordem institucional, com base em contatos pessoais. (CASTRO ROCHA, 2004, p.78)

Este autor propõe, portanto, uma ampliação da aplicação do termo para além de uma definição exclusiva da formação social brasileira⁴. Adota-se esta sua perspectiva por concordar tanto com seus argumentos de que a cordialidade ocorre em diversos países da América Latina quanto com a possibilidade de se considerar a cordialidade como conceito sociológico amplo capaz de descrever diversas situações que se apoiem tanto no que diz respeito a formações sociais de diversas nacionalidades quanto no que se relaciona com outras esferas da vida social não necessariamente ligadas à nacionalidade.

Esta ampliação do entendimento da cordialidade como ferramenta sociológica ampla abre o caminho para a realização do experimento que se pretende neste estudo. Como seria o espaço construído por uma sociedade cujo traço de sociabilidade teimosamente presente é a cordialidade? De que forma a cordialidade

⁴ Ao contrário do que muitos imaginam, os traços de cordialidade não são sentidos apenas no Brasil. Mostra-se comum em diversas sociedades latino-americanas, como, por exemplo, na sociedade Argentina, mas não se vai tratar aqui desta multiplicidade territorial da cordialidade. Sugiro a leitura de: CASTRO ROCHA, João Cezar de (org.). (2005). Cordialidade brasileira – mito ou realidade?



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

influenciou a construção, discursiva e prática, da nação brasileira? Espera-se que o entendimento da produção do espaço cordial seja capaz de auxiliar na busca por tais respostas e, ainda mais, de instigar novas formas de produção espacial que tencionem à sua superação.

O fato de a sociedade cordial ser incapaz de lidar com a impessoalidade somado ao “o pavor que [...] sente em viver consigo” (HOLANDA, 1999, p.147) certamente traz reflexos para a forma que constrói e se apropria de seus espaços privados e públicos. O entendimento deste pavor de viver consigo mesmo deve ser capaz de auxiliar, inclusive, como se dá sua capacidade de lidar com este outro que é o seu passado, sua memória: fator decisivo para compreender a construção social de nosso patrimônio histórico que legitimou nossa formação nacional.

Somente após entender como se produziu este espaço cordial é que será possível construir ferramentas para superá-lo. Dito isto, passa-se para a compreensão mais aprofundada da construção da nacionalidade sob a influência da cordialidade, entendimento necessário para que se possa adentrar, posteriormente, nas peculiaridades da relação com o patrimônio histórico que se mostra como um reflexo, e como refletor, desta formação social.

2 – REFLEXÕES A RESPEITO DO CONCEITO DE NAÇÃO

A palavra nação costuma carregar consigo, segundo um senso comum, uma série de elementos que a representam, como língua, território, bandeira, hino, algumas manifestações sociais e uma dada identidade de um povo. Outra característica importante da idéia de nação é que esta carrega uma unidade, uma espécie de elo que às vezes é tido como um destino comum ou reconhecimento entre os seus representados, como uma naturalidade social. Não é necessário, no entanto, aprofundar-se muito no tema para que se perceba que tal naturalidade esconde diversos conflitos na construção social deste conceito. Bastaria, por exemplo, destacar que sobre o manto da nação escondem-se inúmeros conflitos internos de uma dada organização social como aqueles oriundos de suas diferentes classes sociais.

Sabe-se que a concretização do termo nação é um acontecimento histórico e, como tal, não acarreta uma fixidez no decorrer do tempo. Como nos lembra Canclini (1994), “Aquilo que se entende por cultura nacional muda de acordo com as épocas”, ou mesmo Hobsbawm (1998) quando afirma que “[...] a identificação nacional e tudo o que



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

se acredita nela implicado pode mudar e deslocar-se no tempo, mesmo em períodos muito curtos”.

A organização em nações, ou Estados Nacionais, é parte da história recente da humanidade que ganha vulto na Europa em finais do século XVIII e ocorre de maneira ampla na América ao final do século XIX ou mesmo início do século XX, assim como na África já na segunda metade do século passado. O conceito de nação é, como se viu, bastante flexível e acarreta conflitos de diversas origens e finalidades. Segundo Lefebvre:

Pouco a pouco, ao longo do século [XIX] a nação se torna um simples *slogan* utilizado de forma tão fácil pelas causas as mais diversas que este sentimento se revela plástico e contudo ainda dinâmico apesar das decepções e confusões das relações e das utilizações contraditórias. (LEFEBVRE, 1988,132-133, traduzido pelo autor)⁵

A construção social do conceito de nação não escapa, pois, à dinâmica relacional intrínseca a outros conceitos e práticas como liberdade, consumo, mercadoria, espaço, cidade, cidadania ou urbano. Em cada canto do globo, em diferentes momentos de sua história, a nação fora utilizada por diversos setores específicos de cada sociedade para diferentes fins como nos lembra também Lefebvre:

Na França, durante este período [século XIX], fala-se sempre de “liberdade” política formal tanto como privilégio dos franceses como “missão” da França. Na Itália, onde a burguesia está dispersa e desesperada, o enunciado se faz ainda mais sublime. Na Espanha, a idéia nacional se reduz ao ódio reacionário sobre o estrangeiro. Na Alemanha, é o Estado – a idéia prussiana da potência política e militar – que aproveita da impotência da burguesia democrática. (LEFEBVRE, 1988,135, traduzido pelo autor)⁶

⁵ “Peu à peu au cours du siècle la nation devient un simple *slogan* d’autant plus facilement utilisé pas les causes les plus différentes que ce sentiment se révèle plastique et cependant toujours vivace malgré les déceptions et l’enchevêtrement des rapports et des utilisations contradictoires.” Nesta obra *Le nationalisme contre les nations*, publicada pela primeira vez em 1937, o autor constrói dialeticamente a relação entre o conceito de nação e seu rebatimento social mais perceptível àquela época, o nacionalismo.

⁶ En France, pendant cette période, on parle toujours de “liberté” politique mais formelle, et comme privilège des Français et “mission” de la France. En Italie, où la bourgeoisie est dispersée et désespérée, la phrase se fait d’autant plus sublime. En Espagne, l’idée nationalitaire se réduit à la haine réactionnaire de l’étranger. En Allemagne, c’est l’Etat – l’idée prussienne de la puissance politique et militaire – qui profite de l’impuissance de la bourgeoisie démocratique.



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLITICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

Este panorama traçado pelo autor nas vésperas da Segunda Guerra Mundial corrobora com o que fora dito acima a respeito da flexibilidade do conceito de nação. Sua utilização vasta e duradoura, porém, trouxe consigo, além de uma certa naturalização de sua existência no decorrer do século passado, uma apropriação social do termo como se o mesmo estivesse acima de tudo e de todos e, por fim, fosse também eterno.

Esta fetichização da nação, que encontra sua concretude maior nos movimentos nacionalistas tantos de outrora quanto contemporâneos, notadamente no velho continente, também se apresenta em terras brasileiras. Porém, aqui não vai se dar apenas como o “tradicional” nacionalismo ufanista e xenófobo, mas de uma maneira diversa, exatamente por ter sido diversa a forma pela qual se construiu o conceito de nação brasileira. Como se observará mais adiante, ao se construir no Brasil uma nação republicana e burguesa, uma aversão a qualquer confronto prontamente resguardada pela cordialidade se refletirá de forma efetiva no espaço, e, no caso do espaço simbólico nacional, de maneira ainda mais evidente.

O entendimento deste complexo emaranhado ideológico e prático e, principalmente, sua forma de atuação, é peça principal para a compreensão de como se deu a produção do espaço brasileiro de forma mais ampla. Como caso referência vai-se tomar a cidade de Ouro Preto⁷ por ser onde a abrangência do caráter simbólico nacional se dá, de forma prática, com uma abrangência espacial quase que total fazendo seu estudo adquirir uma densidade que transforma Ouro Preto num espaço-tipo do que a nação brasileira é e também do que pretende ser ou se anuncia como sendo. É a partir do esclarecimento do que foi considerado patrimônio, limitado, neste caso, ao patrimônio edificado, que se pode entender qual espaço era valorizado pela idéia de nação brasileira. A maneira como a nação construiu seus espaços símbolo denotará a transmissão de barbárie na produção destes através da tutela estatal nacional.

3 – A NAÇÃO DO IPHAN⁸: A TRANSMISSÃO CORDIAL DA BARBÁRIE

⁷ Ouro Preto, antiga Vila Rica, foi a principal cidade brasileira colonial ligada ao ciclo de extração do ouro no século XVIII. Tornou-se referência para o patrimônio histórico brasileiro sendo considerada a primeira cidade monumento do país, em 1933, tombada em 1938 e tornando-se, na década de 80, o primeiro sítio brasileiro inserido na lista de Patrimônio Cultural da humanidade da UNESCO.

⁸ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi criado em 1938 por um decreto do governo ditatorial de Getúlio Vargas, aliás, ainda hoje em vigor. Já passou por diversas transformações durante sua longa trajetória, mas ainda hoje é o principal responsável pela condução dos assuntos referentes ao patrimônio histórico em nível federal.



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

A atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) já fora abordada em diversas obras e através dos mais variados enfoques. Tal fato lança uma necessidade de delimitação do que se pretende tratar neste estudo. De pronto se afirma que não se vai realizar aqui nenhuma revisão historiográfica da trajetória deste instituto.

O atual IPHAN não possui uma trajetória linear e muito menos desprovida de crises e rupturas em seu direcionamento político. Sua formação já possui elementos bastante contraditórios como o fato de ter sido encabeçado por intelectuais pertencentes ao movimento modernista que, mundo afora, não era afeito às tradições e à história da maneira como aqui se percebeu. Mas é exatamente esta aparente contradição que traz elementos, já em seu germe, de imersão em atitudes tipicamente cordiais que irão se refletir em sua maneira de conceber a representação do espaço simbólico da nação brasileira e suas regras de conduta.

Dito de outra maneira, quando se incorpora a cordialidade como traço característico de comportamento social, a contradição modernista de incorporar o passado e, inclusive, dar-lhe importância capital à sua prática, revela-se assim como continuidade de um comportamento baseado na personalidade, na lhanza presente na forma de construir idéias e ideologias. A contradição moderna se diminui perante a manutenção cordial.

A estratégia eficaz do IPHAN em construir simbolicamente a memória passa por ter preenchido uma das propriedades cordiais mais destacadas, que é aquela referente à aversão ao isolamento que resulta na necessidade de apoio através da proximidade.

Para ilustrar tal afirmação, resgata-se um texto daquele que foi um dos que melhor simbolizaram o IPHAN: o arquiteto Lucio Costa. Este eterno consultor do órgão escreveu, em 1938, época da sua fundação, um texto que sintetiza o que se pretende aqui evidenciar. Em *Documentação Necessária*, Lucio Costa quer ressaltar a importância de se estudar o casario civil das cidades para que não apenas se compreenda melhor a produção do espaço arquitetônico de determinada época, como também para que se aprimore a arquitetura contemporânea que, segundo o autor, possuía formação cada vez mais fraca em suas escolas, despojada de senso regional, resultando em cópias gratuitas de residências estrangeiras mostradas cada vez mais no recém nascido cinema.



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. *Escrituras de la Memoria.*

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

Destaca-se a importância e ineditismo do tema principal do texto, que só seria formalmente concretizado mundo afora décadas depois com a publicação da Carta de Veneza pela UNESCO, referente à proteção de sítios urbanos. Interessa também a maneira como o arquiteto aborda as diferentes mudanças construtivas segundo as condições materiais de diferentes épocas, enriquecendo a compreensão histórica do espaço; mas o destaque desta análise reside na postura cordial de Lucio Costa perante esta última questão.

Este texto revela a maneira que este arquiteto construiu uma ligação direta, suave e cordial entre a arquitetura colonial brasileira e a arquitetura moderna da qual se tornara declaradamente defensor e difusor. Note-se que, à época, conseguir colar as duas formas de produção espacial, isto é, a pré e pós-república, não se tratava apenas de um mero esforço intelectual no sentido de preservação do passado, muito pelo contrário, significava a legitimação de uma “ideologia arquitetônica” que garantiria, oficialmente, a produção futura do espaço segundo os cânones defendidos por este arquiteto e sua escola, o que aliás ocorreu, como é sabido.

Em *Documentação Necessária* reside uma chave de compreensão desta transição suave entre as duas formas de se produzir espaço e transmitir a barbárie que é conceitualmente balizada através da aproximação de técnicas construtivas que lastreariam a desejada similitude. Observe-se que em dada parte do referido texto, Lucio Costa afirma que “o engenhoso processo de que são feitas [as residências coloniais] – barro armado com madeira – tem qualquer coisa do nosso concreto-armado” (COSTA, 1997, p. 459). O fato de chamar o método de construção conhecido como pau-a-pique de barro armado, por si só, já ilustra a intenção de criar uma relação entre as duas conflitantes formas de produzir o espaço que, além de se pautarem na ruptura de sistema político, a república, juntamente a isso se pautavam na ruptura técnica, a saber, a industrialização da construção civil. Há inúmeras diferenças presentes entre o modo de construir em pau-a-pique (ou barro armado) e em concreto armado, mas Lucio Costa prefere destacar, ou melhor, criar uma semelhança entre as duas técnicas de produção espacial. Ao invés de ruptura e transformação, há conciliação e manutenção: nada mais cordial.

Porém, é em outro excerto do mesmo texto que se encontra argumentação tanto mais sutil quanto mais profunda sobre este tema e que revela consigo



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLITICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

conseqüências definidoras da forma pela qual se deu a construção da nação cordial pelo IPHAN:

Resultariam, de um exame assim menos apressado [dos vários sistemas e processos de construção], observações curiosas, por isto que em desacordo com certos preconceitos correntes e em apoio das experiências da moderna arquitetura, mostrando, mesmo, como ela também se enquadra dentro da evolução que se estava normalmente processando. (COSTA, 1997, p.459, grifo do autor)

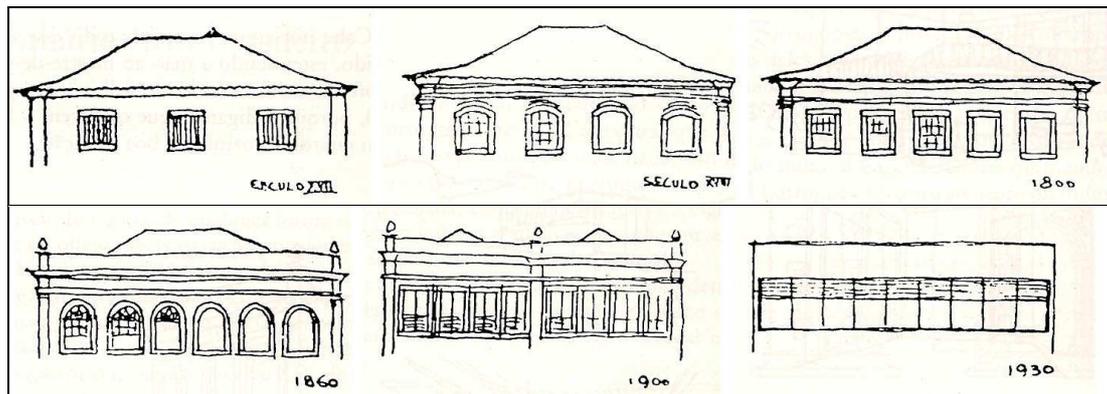


Figura 1 – Desenhos de Lucio Costa em *Documentação Necessária* construindo a desejada transição “natural”, ou cadeia evolutiva, entre as formas de se produzir espaço em diferentes épocas. (COSTA, 1997, p.461)

Ora, além da proximidade e personalidade, o que se constrói nesta linha de pensamento é uma transição natural, ou normal, da história. Esta forma de concepção de mundo surte maior interesse quando se leva em conta que, durante o texto, ao defender o estudo da arquitetura civil colonial, Lucio Costa abordou a produção espacial segundo as condições técnicas e políticas de cada época, mas, ao transpor o passado ao presente, a omitiu, suavizando-a, naturalizando-a conforme fica claro no esquema “evolucionista” representado pela *Figura 1*. A modernidade urbanística aliada ao desenvolvimento nacional foram, assim, apresentados como a solução natural da trajetória nacional que se delineava. O rompimento do futuro desaparecia diante da continuidade do passado.

Não se trata, é importante esclarecer, de incoerência teórica ou histórica, mas de coerência retórica e política. Da mesma maneira que a suposta contradição modernista brasileira de aproximar passado, presente e futuro encontra explicação na cordialidade brasileira, diz-se também desta parte do texto, pois não se quer aqui pensar que Lucio Costa ignorava as alterações técnicas que forjaram o surgimento da arquitetura moderna, muito pelo contrário, o que se afirma é que, mesmo conhecendo-as



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. *Escrituras de la Memoria.*

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

bem, o autor prefere, ao invés de destacar o rompimento que estas acarretam, omiti-las e transformá-las em transição suave, corrente e normal, ou, mais ainda, próxima e pessoal.

Observe a complexidade retórica aqui presente. Já se disse que a cordialidade não se trata de relação baseada no bom trato, mas na pessoalidade. Quando Lucio Costa aproxima as duas arquiteturas, se por um lado ele evita destacar o rompimento claro presente na técnica, estética e tudo o mais, por outro ele cria um laço que permite tanto o apego quanto o desprezo. Ao arquiteto não interessava convencer o leitor de que a arquitetura moderna é boa, ou, mesmo que interessasse, isso se torna secundário perante a argumentação de que a arquitetura moderna é natural, próxima, esperada. Aceito este argumento, o debate se desloca para outro patamar, isto é, de como se dará a concretização daquela arquitetura, porém, não se questionará mais sua legitimidade enquanto continuidade natural de uma formação nacional. O progresso desenvolvimentista da nova nação é a forma natural de amadurecimento da antiga colônia. O homem cordial não suporta a convivência consigo mesmo, e este isolamento não deve ser pensado aqui apenas em questão de individualidade, espaço ou nacionalidade, mas também no que diz respeito ao tempo: o homem cordial do presente possui uma relação próxima, pessoal e sem rupturas também com seu passado em nome da manutenção de seu futuro tranqüilo, normal.

Mas as considerações a respeito da ligação direta realizada entre a colônia e a república por Lucio Costa e abraçada pelo IPHAN como um todo não se resumem ao seu caráter formal de cordialidade. De certa forma, esta auxilia a explicar sua aceitação ao revelar seu caráter retórico, como visto acima. Porém, há que se realizar uma crítica não só à forma, mas também ao conteúdo deste pacote de pensamento que traz consigo implicações necessárias para a compreensão da produção dos espaços de memória que se deram sob sua tutela, como Ouro Preto. A cordialidade serve aqui de correia de transmissão de um conteúdo que não pode ser negado.

O caráter de naturalidade que se dá à continuidade de estilos arquitetônicos traz inevitavelmente consigo um caráter de naturalidade histórica típica do positivismo e que compartilha com outros modos do pensar a crença cega na esteira do progresso técnico-social – alma do modernismo – como redentor da história. Em um texto anterior, datado de 1934, intitulado *Razões da nova arquitetura*, Lucio Costa, ao



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

defender a arquitetura moderna como representante de seu tempo, reforça esta idéia de continuidade histórica através da técnica:

Assim, a crise da arquitetura contemporânea, como a que se observa em outros terrenos, é o efeito de uma causa comum: o advento da máquina. É pois natural que, resultando de premissas tão diversas, ela seja diferente, quanto ao sentido e à forma, de todas aquelas que precederam, o que não a impede de se guiar – naquilo que elas têm de permanente – pelos mesmos princípios e pelas mesmas leis. As classificações apressadas e estanques que pretendem ver nessa metamorfose, naturalmente difícil, irremediável conflito entre passado e futuro, são destituídas de qualquer significado real. (COSTA, 1997b, p.110, grifo do autor)

Ora, a transformação técnico-social, ou o “advento da máquina”, é a base do surgimento do movimento moderno em arquitetura. Os textos fundadores de Le Corbusier não deixam dúvidas sobre isso. Este progresso significava, para este arquiteto, um rompimento total com os espaços anteriores, clamando por uma arquitetura e um urbanismo novo que correspondessem aos modos burgueses de vida que se consolidavam no cenário social, mas ainda habitavam os restolhos de outrora: “os homens vivem em velhas casas e ainda não pensaram em construir casas para si.[...] As casas não mudaram. A religião das casas permanece idêntica há séculos. A casa desabará.” (CORBUSIER, 1998, p.5)

Portanto, o rompimento com as formas do passado era ponto passivo na teoria corbuseana e se justificava, dentre outras coisas, em uma crença incondicional no *progresso* técnico-social que a era das máquinas proporcionaria à civilização. Lucio Costa, no entanto, ao construir seu pensamento e sua práxis em meio a uma mudança de seu viés neocolonial de início de carreira para uma adoção dos padrões corbusianos como profissão de fé, consegue conciliar o passado e o presente a partir de uma abordagem das técnicas construtivas que as despem de um peso social e político. Mantém a forma e a pujança “corbuseana”, mas sob diferente discurso, diferente conteúdo que torna as técnicas construtivas um mínimo denominador comum entre as diferentes eras, eis a correia de transmissão de seu pensamento cordial.

4 – O CONTRAPELO DA NAÇÃO CORDIAL: UMA CRÍTICA BENJAMINIANA



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. *Escrituras de la Memoria.*

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

Houve no Brasil, portanto, uma quase mágica conciliação entre o “progresso” (ou ruptura) técnico-social e a preservação de espaços “retrogrados”. Aliás, não apenas a conciliação, mas uma continuidade. Já se demonstrou que esta mágica se apóia na cordialidade, capaz de eliminar conflitos através da proximidade (amigável ou não), resta agora compreender qual visão de futuro e de passado esta estratégia acarretou direta ou indiretamente.

Para que se compreenda o desdobramento deste positivismo apoiado na cordialidade do discurso, é necessário que se direcione a análise para o significado desta transição doce em relação ao que se entende por história e sua relação com a questão social do patrimônio. Só assim será possível uma complementação do que se entende como sendo a nação cordial do IPHAN.

Esta percepção de continuidade da história que concilia os conflitos acaba por evidenciar o viés político impregnado na produção do espaço, incluída aí a sua preservação. Segundo Lefebvre (2000), o espaço social pode ser apreendido segundo uma tríade dialética entre o percebido (as práticas sociais), o concebido (as representações do espaço) e o vivido (os espaços de representação). A opção histórica realizada pelo IPHAN interfere diretamente na concepção do espaço social obviamente causando reflexos diretos nas outras categorias que se entrecruzam necessariamente.

A transição natural, sem rompimentos, de um espaço, o da memória, para o outro, o do futuro, através da técnica apoiada na estética direciona uma leitura das práticas sociais voltadas para um progresso inevitável que se torna a justificativa de um passado. É para dar razão à nova arquitetura que se deve realizar a documentação necessária dos espaços da velha arquitetura. Isto denota uma forma peculiar de apropriação histórica.

É importante que se discuta uma faceta desta apreensão do passado que resulta em uma omissão advinda do culto ao progresso. Para que se compreenda de qual omissão está aqui se afirmando, recorre-se a um texto de 1940, *Sobre o conceito de história*, de Walter Benjamin. Sem temer a exaustão, reproduz-se, na íntegra, sua segunda tese, que auxilia bastante no esclarecimento do raciocínio aqui pretendido:

“Pertence às mais notáveis particularidades do espírito humano, [...] ao lado de tanto egoísmo no indivíduo, a ausência geral de inveja de cada presente em face do seu futuro”, diz Lotze. Essa reflexão leva a reconhecer que a imagem da felicidade que cultivamos está inteiramente tingida pelo tempo a que, uma vez por todas, nos remeteu o decurso de nossa existência.



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

Felicidade que poderia despertar inveja em nós existe tão somente no ar que respiramos, com os homens com quem teríamos podido conversar, com as mulheres que poderiam ter-se dado a nós. Em outras palavras, na representação da felicidade vibra conjuntamente, inalienável, a [representação] da redenção. Com a representação do passado, que a História toma por sua causa, passa-se o mesmo. O passado leva consigo um índice secreto pelo qual ele é remetido à redenção. Não nos afaga, pois, levemente um sopro de ar que envolveu os que nos precederam? Não ressoa nas vozes a que damos ouvido um eco das que estão, agora, caladas? E as mulheres que cortejamos não têm mais irmãs que jamais conheceram? Se assim é, um encontro secreto está então marcado entre as gerações passadas e a nossa. Então fomos esperados sobre a terra. Então nos foi dada, assim como a cada geração que nos procedeu, uma fraca força messiânica, à qual o passado tem pretensão. Essa pretensão não pode ser descartada sem custo. O materialista histórico sabe disso. (BENJAMIN, apud, LOWY, 2005, p.48)

Aproveitando de toda delicadeza do texto de Benjamin⁹, esclarece-se que há na concepção histórica iphaniana uma omissão para com as gerações passadas. O encontro secreto entre o passado e o presente é posto de lado ao se encarar a história com os olhos unicamente voltados para o futuro. Quando Lucio Costa descreve a necessidade de aprender a construir com o passado para se projetar um futuro, ele faz esta opção. Note-se que seria também legítimo, por exemplo, observar o presente para reparar os erros cometidos no passado; no entanto, uma concepção como esta, além de não garantir um futuro previsível – chamado de progresso – acabaria por exigir a administração de conflitos, ou melhor, a incorporação dos mesmos que, como se sabe, é o oposto da cordialidade que oscila entre a docilidade e o autoritarismo. Lowy, ao comentar esta tese, chama a atenção para o fato de que “[Benjamin] rejeita explicitamente a doutrina progressista “clássica” do combate para as gerações do futuro – mas daquelas do passado e do presente” (LOWY, 2005, p.53)¹⁰. Esta construção evolutiva que nega as rupturas sociais apaga o encontro secreto entre as gerações do passado e do presente acarretando com isso o custo do silêncio opressivo de uma nação que se constrói em nome de um progresso redentor. A construção desta nação carrega consigo a barbárie disfarçada de continuidade natural. Voltando a Benjamin:

⁹ A tradução das teses foi retirada de LOWY (2005): “Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história””.

¹⁰ Tal comentário remete de forma direta, inclusive, ao discurso contemporâneo de sustentabilidade, que a tudo serve, mas por hora não se deve deter em tal assunto por se desviar em demasiado do tema aqui tratado. Entretanto, esta relação entre as teses de Benjamin e o discurso da sustentabilidade é ainda tema que deve ser explorado. Sobre a visão deste autor a respeito da sustentabilidade, cf.: O Muro da maré: risco e vizinhança no planejamento urbano. Disponível na internet em: http://teses.ufrj.br/IPPUR_M/ClaudioRezendeRibeiro.pdf.



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

[...] O anjo da história tem de parecer assim. Ele tem seu rosto voltado para o passado. Onde uma cadeia de eventos aparece diante de *nós, ele* enxerga uma única catástrofe, que sem cessar amontoa escombros sobre escombros a seus pés. Ele bem que gostaria de demorar-se, de despertar os mortos e juntar os destroços. Mas do paraíso sopra uma tempestade que se emaranhou em suas asas e é tão forte que o anjo não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, para o qual dá as costas, enquanto o amontoado de escombros diante dele cresce até o céu. O que nós chamamos de progresso é essa tempestade. (BENJAMIN, apud, LOWY, 2005, p.87)

A representação do espaço social da memória como ponte para um futuro lastreado pelo progresso imbrica que os erros do passado sejam esquecidos, e junto com eles suas lutas com suas derrotas e seus derrotados. O espaço cordial, admitindo a naturalização da técnica, faz com que o progresso seduza o anjo benjaminiano, tapando-lhe os olhos e virando suas costas para o passado para indicar a direção a seguir rumo ao futuro, sendo obedecido prontamente em função da cordialidade que lhe tranquiliza. Os espaços que narram esta memória, como se verá mais adiante, ainda que de forma breve no caso de Ouro Preto, camuflam os conflitos, as violências; construindo uma paisagem harmônica que silencia as rebeldias e é sempre ditada pela maestria dos vitoriosos.

As teses de Benjamin também alertam para outras conseqüências advindas da visão do passado explicitada por Lucio Costa e incorporada pelo Estado via IPHAN. Em sua tese de número VII, o autor faz uma consideração precisa, mas não menos poética, a respeito das heranças culturais:

[...] Todo aquele que, até hoje, obteve a vitória, marcha junto no cortejo de triunfo que conduz os dominantes de hoje [a marcharem] por cima dos que, hoje, jazem por terra. A presa, como sempre de costume, é conduzida no cortejo triunfante. Chamam-na de bens culturais. Eles terão de contar, no materialismo histórico, com um observador distanciado, pois o que ele, com seu olhar, abarca como bens culturais atesta, sem exceção, uma proveniência que ele não pode considerar sem horror. Sua existência não se deve somente ao esforço dos grandes gênios, seus criadores, mas, também, à corvéia sem nome de seus contemporâneos. Nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie. E, assim como ele não está livre da barbárie, também não o está o processo de sua transmissão, transmissão na qual ele passou de um vencedor a outro. Por isso, o materialista histórico, na medida do possível, se afasta dessa transmissão. Ele considera como sua tarefa escovar a história a contrapelo. (BENJAMIN, apud LOWY, 2005, p. 70)

Essa passagem, famosa, de Benjamin, clareia um ponto importante para a compreensão de como a formação nacional brasileira, apoiada em sua cordialidade,



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

transmitiu a barbárie. A aproximação do passado e do presente realizada pelo IPHAN em nome de um futuro aniquilou as diferentes vozes que compunham a tumultuada e conflituosa história da formação do Brasil. A ditadura Vargas representou a consolidação do capital no Brasil garantindo a unidade do extenso território de uma vez por todas e, para o sucesso de tal empreitada, não podia haver espaço para a emergência de conflitos sociais nem mesmo, e principalmente, no que diz respeito à representação do espaço ligado à memória. Apenas os novos estudos historiográficos contemporâneos relatam, por exemplo, a revolta constante existente em Ouro Preto durante seu passado colonial que se mostra como algo inesperado que nos assombra diante da disseminada calmaria e beleza que se tornara o passado oficial daquela cidade: não se apagou apenas os lugares de suplício, de lutas, de debates, mas se criou uma paisagem cordata, convergente que impede a presença de ruídos que remetam à ruptura. A barbárie de ontem foi apagada pela barbárie posterior. O encontro entre gerações foi desmarcado pela proximidade que uniu os tempos da nação brasileira e impediu o distanciamento capaz de compreender os conflitos, construindo uma ligação pessoal entre os vencedores e os vencidos, nem sempre amigável, mas inquestionável. Resta, como sugere Benjamin, que o “materialista histórico, na medida do possível, se [afaste] dessa transmissão”, considerando “como sua tarefa escovar a história a contrapelo”.

Repare-se que a barbárie intrínseca a essa cordialidade nacional realizará sua completude a partir da reprodução e manutenção desta condição de silêncio social. O exemplo que segue, uma conhecida intervenção iphaniana em Ouro Preto, revelará o mecanismo de atuação desta conciliação entre o colonial e o moderno ao mesmo tempo que indicará a continuidade de atuação do órgão como sua consequência, isto é, o papel que este adquire como detentor único da narrativa histórica: visitemos Ouro Preto.

5 – O LARGO DO CINE VILA RICA

Este largo é um espaço fundamental para o entendimento da produção do espaço ouro-pretana por possuir elementos onde a atuação do IPHAN se deu de forma intensa na direção de se consagrar a imagem que o órgão desejava como sendo o legítimo símbolo de um patrimônio histórico brasileiro.

Foram realizadas neste local algumas das intervenções de cunho estético mais significativas na direção de uma uniformização paisagística que fosse capaz de



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. *Escrituras de la Memoria.*

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

harmonizar o ambiente urbano de forma a lhe dar ares setecentistas, eliminando elementos arquitetônicos de construções do século XIX que criavam um desacordo com o imaginário simbólico que os modernistas desejavam consagrar como original.

Não é novidade para os estudiosos do urbanismo brasileiro este tipo de intervenção, mas o que interessa neste momento é o mecanismo de ação que produziu este espaço e sua manutenção nos dias atuais que evidencia uma objetificação histórica do patrimônio que vai se converter em uma incorporação posterior desta historicização oficial, aquilo que Bourdieu descreve quando define seu conceito de *habitus*. Esta imposição de um poder simbólico é que interessa ao presente estudo, pois é através de sua compreensão e evidenciação que se permitirá realizar uma crítica diferenciada ao estatuto de legitimidade do patrimônio histórico brasileiro ao mesmo tempo em que se compreenderá de forma desvelada a maneira como hoje atua este poder e sua reprodução.

Além da sensação de falseamento paisagístico gerada por estas alterações, surge uma prática que garante ao Estado a exclusividade de realizá-las de forma legítima: eis a completude da barbárie. A alteração realizada não possui uma carga de importância para a produção do espaço apenas por seu viés estético, mas também pelo simples fato de ser uma alteração. Estas duas facetas destes gestos revelam de forma diversa a maneira pela qual a interferência do IPHAN se dá na produção do espaço cordial.

Primeiramente vai se deter em seu caráter estético. Houve por parte do IPHAN uma clara atuação de construção imagética daquilo que se definiu como sendo um representante simbólico do legítimo legado colonial brasileiro. Fizeram-se assim as alterações necessárias para a manutenção da paisagem desejada, de forma a se afirmar o espaço colonial como digno de lembrança em nome de sua ligação cordial com o futuro modernista e desenvolvimentista que se imprimia ao Brasil do Estado Novo.

Estas alterações estéticas possuem, portanto, a importância de revelar a forma com a qual se pretendia moldar o passado naquele espaço. E esta forma vai impactar de duas maneiras a continuidade histórica da cidade. Inicialmente ela surge como uma alteração para aqueles que presenciaram a mudança, que não foi de modo algum delicada e suave como atesta a diferença existente entre o edifício do antigo Liceu de Artes e Ofícios e atual Cine Vila Rica:



Figuras 2 e 3 – A foto acima mostra o antigo edifício eclético que foi “maquiado” de colonial por ação do IPHAN coordenada por Lucio Costa (Figura 2: Extraído de: MOTTA, 1987, p.111; Figura 3: acervo do autor).

Tal mudança na paisagem, posteriormente, dilui-se na percepção deste espaço na medida em que várias gerações de ouro-pretanos e de visitantes já encontram tal espaço modificado e, portanto, salvo àqueles especialistas em leituras estilísticas, o local se mostra cronologicamente homogêneo, impedindo a incorporação das mudanças que houve ao longo do tempo naquela cidade.

A única mudança que se deixará perceber de forma clara levará a marca da arquitetura moderna: a construção do Grande Hotel em terreno vizinho ao largo, concretizando a teoria de Lucio Costa a respeito da continuidade legítima, harmoniosa e natural entre as duas realidades espaciais e possibilitando assim uma ponte concreta para o ideário de que também as mudanças sociais se dão de forma harmônica.





Figura 4 – Grande Hotel de Ouro Preto, edifício moderno projetado por Oscar Niemeyer (acervo do autor).

Em segundo lugar, esta alteração significou a afirmação da autoridade do transformar. Além de seu caráter estético, interfere nesta transmissão de poder simbólico a autoria da mudança que permanece ainda hoje no modo de se produzir o espaço ouro-pretano, ou seja, o Estado detém a autoridade da condução das alterações, e, portanto, da transformação. O gesto da mudança não é permitido ou mediado pelos cidadãos ouro-pretanos, o que leva ao questionamento da existência de uma essência cidadã neste espaço, posto que o patrimônio histórico não é construído aqui como forma de diálogo histórico promovedor de um entendimento das mudanças sociais, mas é tratado como forma de legitimar uma história contada pelo Estado e de reforçar sua capacidade de (co)mando¹¹.

A partir desta combinação de detenção exclusiva de um saber que serve a uma condução social pautada na negação dos conflitos a instituição responsável pelo patrimônio histórico finca neste espaço a memória de que o gesto de mudança é autorizado somente quando provém das mãos do Estado ou quando segue as normas estabelecidas por ele. Se um turista desprovido de conhecimento técnico observa este largo como exemplo de uma paisagem homogênea, o morador ouro-pretano percebe aí a autoridade do Estado que o impõe métodos e códigos de conduta que, ao serem seguidos, dão-lhe condição de entrada na legalidade, caso contrário, fica sobre o quase cidadão a idéia de que seu espaço é ilegal, contraventor, portanto está fora da esfera de direitos e deveres.

O espaço cordial, no entanto, traduz esta separação de legalidade e ilegalidade de forma nebulosa, posto que os gestos realizados pelo Estado não são condizentes com as próprias normas impostas aos moradores da cidade. A dualidade legal versus ilegal se mescla quando um mesmo tipo de alteração, isto é, um falseamento estético de um edifício antigo é percebido como legítimo neste largo (e em outras alterações semelhantes praticadas pelo IPHAN em outros locais da cidade) e ilegítimo em outros edifícios da cidade. Esta caracterização da cordialidade presente na construção da representação do espaço ouro-pretano vai se mostrar presente também ao se analisar a forma de habitar este espaço.

¹¹ Capacidade cada vez mais transferida ao Mercado. Sobre isto, Cf. RIBEIRO (2009). Ver nota 1.



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

6 – CONCLUSÃO: OURO PRETO NA ERA DE SUA REPRODUTIBILIDADE TÉCNICA

Para se compreender a especificidade deste gesto que é habitar o patrimônio, há que se considerar a relação dialética entre um produto e uma obra de arte, assim como entre a característica histórica ou memorial de um monumento. Tome-se um esclarecimento feito por Choay (2001) a respeito da relação existente entre um monumento e um monumento histórico a partir da teoria de Alois Riegl:

Outra diferença fundamental observada por A. Riegl, no começo do século XX: o monumento é uma criação deliberada (*gewollte*) cuja destinação foi pensada a priori, de forma imediata, enquanto o monumento histórico não é, desde o princípio, desejado (*ungewollte*) e criado como tal; ele é constituído a posteriori pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que o selecionam na massa dos edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma parte. Todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem que para isso tenha tido, na origem, uma destinação memorial. De modo inverso, cumpre lembrar que todo artefato humano pode ser deliberadamente investido de uma função memorial. (CHOAY, 2001, p. 25-6, grifo do autor)

Este esclarecimento dado pela autora é peça chave para o entendimento da condição de monumento histórico da cidade de Ouro Preto. A questão reside na mescla entre o histórico e o memorial que se deu na criação dos monumentos brasileiros, fruto da cordialidade: foram convertidos, ao inverso do que indica Riegl, os objetos memoriais em históricos a partir de sua estetização. A visão crítica da qual é impregnada a ciência histórica foi aqui destituída de sua amplitude na medida em que houve uma apropriação cordial da história, onde apenas certo tipo de memória foi considerada legítima, notadamente aquela que remetia aos que produziam um Estado com fortes traços familiares.

A legitimidade deste patrimônio memorial se fez em parte pela operação de equalização técnica dos produtos espaciais já descrita e também a partir de um discurso estético forte, lembrando-se que a cidade de Ouro Preto fora tombada inicialmente segundo seus dotes estéticos sendo que, apesar de ter sido incluída há décadas em outros Livros do Tombo a prática não acompanhou este gesto.

Mantém-se ainda intenso discurso estetizante quando se debate a preservação do patrimônio dito histórico da cidade. Além disso há um clamor por uma



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

educação patrimonial que incute nos habitantes da cidade um saber que valide seu olhar em relação ao patrimônio na direção de torná-lo apropriado pelo ouro-pretano. Encontra-se com dificuldade, no entanto, um direcionamento de ação em sentido inverso, ou seja, uma construção social de um patrimônio que o adeque aos diversos estratos sociais, e porque não às diversas classes sociais que produzem aquele espaço. Afonso Carlos Marques dos Santos (2007) também se apoia em Riegl ao abordar o movimento relacional existente entre a obra de arte e a história:

A arte, revelava Riegl [...] interessava de início de “um ponto de vista puramente histórico” e o monumento como um elo indispensável no desenvolvimento da história da arte. Compreendido neste sentido, o “monumento artístico” seria, portanto, na realidade, um “monumento da história da arte”, seu valor, considerado deste ponto de vista, seria menos artístico que histórico. Daí resultaria sem sentido a distinção entre monumentos artísticos e monumentos históricos, uma vez que os primeiros estariam incluídos nos últimos e com eles se confundindo. (SANTOS, 2007, p. 123)

Esta relação entre a arte e a história se mostra, portanto, como uma pedra indispensável na construção social do patrimônio histórico. Em terras brasileiras ela se deu de forma amalgamada, mas invertida, ao se considerar o que foi posto por Afonso dos Santos; criando bases para uma estetização memorial. Não são os monumentos artísticos que se tornaram históricos, mas sim houve um preenchimento estético de recordações. A situação do patrimônio histórico em Ouro Preto nunca se libertou desta origem e não alcançou o *status* de história, num sentido crítico e abrangente, que conduzisse a um debate amplo dos rompimentos sociais ocorridos ao longo do percurso “civilizatório” brasileiro. A seletividade da memória, apoiada em um discurso técnico e estético, prevaleceu.

Mais uma vez recorre-se a Benjamin (1996 – a data original é 1936), mas agora para tratar do espaço produzido a partir de uma análise sua a respeito de outra forma de produção artística: o cinema. Em seu *A obra de arte na era de sua reproduzibilidade técnica*, o autor examina a situação das artes com o advento da industrialização, que, ao contrário do que queriam os modernos do IPHAN, rompe com diversos modos de existência anteriores. Tratando do caso específico do cinema, Benjamin acaba por esclarecer não só a grandeza e o alcance que a chamada *sétima arte* possui nos tempos modernos, mas a mudança fundamental dos tempos industriais em que a quantidade acaba por se transformar em qualidade. Inicialmente, é importante



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. *Escrituras de la Memoria.*

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

notar uma aproximação entre o cinema e a arquitetura que o próprio autor realiza e que autoriza de certa forma as aproximações que se realizarão a seguir: “(...) a pintura não pode ser objeto de uma recepção coletiva, como foi sempre o caso da arquitetura, como antes foi o caso da epopéia, e como hoje é o caso do cinema” (BENJAMIN, 1996, p.188).

Esta apropriação coletiva é determinada, em partes, no caso da arquitetura, pelo fato de seu produto ser habitado (num sentido amplo do termo) e, portanto, receber diferentes significações tanto de seus habitantes quanto daqueles que o apropriam como objeto construtor de sua paisagem urbana cotidiana. Da mesma forma, é objeto de recepção coletiva em relação ao tempo, quando adquire significação memorial ou histórica, sendo importante ressaltar que coletividade não pressupõe universalidade, homogeneidade e muito menos democracia, como se percebe no caso onde uma certa coletividade apropria-se de paisagens em nome de sua memória ao mesmo tempo negando a memória de outros coletivos. A descrição sobre a produção do cinema por Benjamin reflete uma similitude com o patrimônio histórico ainda maior quando se observa a seguinte passagem:

O filme acabado não é produzido de um só jato, e sim montado a partir de inúmeras imagens isoladas e de sequências de imagens entre as quais o montador exerce seu direito de escolha – imagens, aliás, que poderiam, desde o início da filmagem, ter sido corrigidas, sem qualquer restrição. (BENJAMIN, 1996, p. 174)

Pode-se afirmar que, da mesma forma, há escolhas do que deverá ou não ser lembrado, condição primordial de existência do patrimônio, sem a qual arrisca-se a viver a tormenta do personagem de *Funes, o memorioso* de Borges (2007). A questão que se coloca em todo o percurso deste estudo é quem possuiu e quem ainda detém o papel de montador da cena patrimonial, ou ainda, para que platéia foi produzido este filme.

A reprodução do espaço estabelecido pelo IPHAN se deu pelo viés industrial da equação técnica cordial entre colonial e moderno. Esta reprodutibilidade dos “edifícios coloniais”, no entanto, torna-se uma consequência imprevista pela teoria iphaniana e é considerada como ilegítima ao ser produzida e reproduzida pelos habitantes da cidade:



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLITICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

Generalizando, podemos dizer que a técnica da reprodução destaca do domínio da tradição o objeto reproduzido. Na medida em que ela multiplica a reprodução, substitui a existência única da obra por uma existência serial. E, na medida em que essa técnica permite à reprodução vir ao encontro do espectador, em todas as situações, ela atualiza o objeto reproduzido. Esses dois processos resultam num violento abalo da tradição, que constitui o reverso da crise atual e a renovação da humanidade. Eles se relacionam intimamente com os movimentos de massa, em nosso dias. (BENJAMIN, 1996, p. 168-9)

A ação dos movimentos de massa pode ser exemplificada neste caso, mesmo que não deliberadamente organizada, como a resposta dada à política preservacionista pelos habitantes ouro-pretanos ao atualizarem o objeto colonial reproduzindo-o à sua maneira.

Os conflitos advindos dessa relação entre habitar um espaço e apropriá-lo e, concomitantemente, mantê-lo como símbolo nacional tutelado pelo Estado possibilitam a compreensão de práticas que auxiliam o entendimento do conflito entre a nação e a sociedade. Percebe-se, portanto, uma mescla, em um mesmo edifício, entre um “espaço cordial” e um “espaço nacional”.

No caso específico de Ouro Preto, por exemplo, dentro da área incluída no perímetro de tombamento, a seqüência de fachadas preservadas das casas tombadas corresponderia espacialmente, carregando-se na tinta, ao que se está chamando aqui de “espaço nacional brasileiro”, o espaço onde o poder do Estado atua de forma mais dura e se reconhece como representado, o espaço do mando. Por outro lado, é na parte posterior das casas, nos seus fundos, que se evidencia aquilo que completa o que se chama aqui de “espaço cordial”, onde há modificações realizadas para além da presença do Estado a partir de uma estratégia que é rechaçada pelo mesmo Estado que criou a união entre o moderno e o colonial, posto que também é detentor da autoridade da mudança, como se viu.



Figuras 5 e 6 – Fachadas anteriores e posteriores de casas na Rua São José (acervo do autor)



Figuras 7 e 8 – Fachadas anteriores e posteriores de casas no entorno da Igreja de Antônio Dias (acervo do autor)

O espaço resultante deste conflito gerado por uma tutela rígida de preservação e pelas estratégias encontradas pelos moradores daquele lugar para adaptar este espaço ao seu uso revela formalmente uma relação social onde atuam simultaneamente a impessoalidade e a lhaneza, a nação e a cordialidade.

No entanto, a manutenção da cena barroca como legítima memória oficial obteve seu revés quando o choque com a indústria se fez menos doce e distante que o desejado, interferindo diretamente no cenário intocável, ou melhor, tocável apenas pela mão do comando. A mistura de técnicas, que foi tão temida pela pureza da ação original iphaniana, mas ao mesmo tempo tão fomentada pelo caráter cordial de seu discurso,



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLITICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

atingiu seu ápice e legitimou, de uma vez por todas, a junção impossível da colônia e da república, revelando na paisagem o conflito que o discurso tentou esconder. O silêncio total se rompe, de forma incipiente, mas constante, a partir das novas construções que perturbam a harmonia oficial da paisagem, criando um ruído no discurso cordial, ruído que anuncia, para quem quiser ouvir, “um encontro secreto [...]entre as gerações passadas e a nossa”.



Figura 9 – Edifício próximo à Igreja do Pilar. A desarmonia das técnicas se revela discretamente (acervo do autor).



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter, “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. En: BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política, trad. Sergio Paulo Rouanet, Brasiliense, São Paulo, 1996, pp. 165-196.

BORGES, Jorge Luis, “Funes, o memorioso” , trad. Davi Arrigucci Jr., En: BORGES, Jorge Luis, Ficções. Companhia das letras, São Paulo, 2007, pp. 99-108.

BOURDIEU, Pierre, O poder simbólico, trad. Fernando Tomaz, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2007, 311p.

CANCLINI, Nestor Garcia, “O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional”. En: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 23, Rio de Janeiro, 1994, pp.94–115.

CASTRO ROCHA, João Cezar de, O exílio do homem cordial .Museu da República, Rio de Janeiro, 2004, 334p.

CASTRO ROCHA, João Cezar de. “O nada que é tudo, Ou: a cordialidade nossa de cada dia”. En: CASTRO ROCHA, João Cezar de (org.), Cordialidade brasileira: mito ou realidade?. Museu da República, Rio de Janeiro , 2005, pp. 7-16.

CAVALCANTI, Lauro, Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 247p.

CHOAY, Françoise, A alegoria do patrimônio, Luciano Vieira Machado, UNESP, São Paulo, 2001. 282p.

CORBUSIER, Le, Por uma arquitetura, trad. Ubirajara Rebouças, Perspectiva, São Paulo, 1998. 205p.

COSTA, Lucio, “Documentação necessária (1938)”. En: COSTA, Lucio, Registro de uma vivência. Empresa das Artes, São Paulo, 1997, pp.457-462.

COSTA, Lucio, “Leis das resultantes convergentes”. En: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 23, Rio de Janeiro, 1994, p.93.

COSTA, Lucio, “Razões da nova arquitetura (1934)”. En: COSTA, Lucio, Registro de uma vivência. Empresa das Artes, São Paulo, 1997b, pp.108-116.

HOBBSAWM, Eric J., Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade, trad. Maria Celia Paoli y Anna Maria Quirino, 2 ed, Paz e terra, São Paulo, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, Raízes do Brasil, 8 ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1999. 220p.

LEFEBVRE, Henri, La production de l’espace, 4 ed, Anthropos, Paris, 2000, 485p.



Recordando a

Walter Benjamin

Justicia, Historia y Verdad. *Escrituras de la Memoria*.

III SEMINARIO INTERNACIONAL
POLÍTICAS DE LA MEMORIA

CENTRO CULTURAL DE LA MEMORIA HAROLDO CONTI
Buenos Aires - Argentina

LEFEBVRE, Henri, *Le nationalisme contre les nations*, 2 ed, Méridiens Klincksieck, Paris, 1988, 195p.

LOWY, Michael, *Walter Benjamin: aviso de incêndio, Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. Boitempo, São Paulo, 2005, 159p.

MONTEIRO, Pedro Meira, “O homem cordial e o poder – um comentário a partir de *Entreatos*, de João Moreira Salles”. En: CASTRO ROCHA, João Cezar de (org.). *Cordialidade brasileira: mito ou realidade?*, Museu da República, Rio de Janeiro, 2005, pp. 117-131.

MOTTA, Lia, “A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios”. En: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 22, Rio de Janeiro, 1987, pp.108-122.

RIBEIRO, Cláudio Rezende, *Ouro Preto, ou a produção do espaço cordial*. Rio de Janeiro, 2009. Tese (Doutorado em Urbanismo). Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos, *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. UFRJ, Rio de Janeiro, 2007, 193p.